

Mãe Direita: o uso da maternidade no discurso antifeminista da extrema direita brasileira

Madre Derecha: el uso de la maternidad en el discurso antifeminista de la extrema derecha brasileña

Right Mother: the use of motherhood in the anti-feminist discourse of extreme right brazilian

ALANA FONTENELLE¹, CAMILA GALETTI²

Resumo: O artigo examina o uso político da maternidade no discurso antifeminista de parlamentares da extrema direita brasileira no Instagram, a partir de Ana Campagnolo e Priscila Costa. Embora adotem estratégias distintas — formativa e performática —, ambas reforçam uma maternidade patriarcal e ocultam desigualdades estruturais. Argumenta-se que a plataforma favorece a apropriação conservadora de linguagens feministas, tensionando a retórica de empoderamento e a reprodução de hierarquias de gênero.

Palavras-chave: maternidade e política; antifeminismo; extrema direita; Instagram.

Resumen: El artículo examina el uso político de la maternidad en el discurso antifeminista de parlamentarias de la extrema derecha brasileña en Instagram, a partir de los casos de Ana Campagnolo y Priscila Costa. Aunque adoptan estrategias distintas — formativa y performativa —, ambas refuerzan una maternidad patriarcal y ocultan

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora em estágio Pós-doutoral financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP- CE), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Email: fontenelle.alana@gmail.com

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Professora substituta no Instituto Federal de Brasília (IFB). Email: cchgaletti@gmail.com

desigualdades estruturales. Se argumenta que la plataforma favorece la apropiación conservadora de lenguajes feministas, tensionando la retórica del empoderamiento y la reproducción de jerarquías de género.

Palabras clave: Maternidad y política; Antifeminismo; Extrema Derecha; Instagram.

Abstract: The article examines the political use of motherhood in the antifeminist discourse of far-right Brazilian women parliamentarians on Instagram, focusing on Ana Campagnolo and Priscila Costa. Although they adopt distinct strategies — formative and performative — both reinforce a patriarchal model of motherhood and obscure structural inequalities. It argues that the platform enables the conservative appropriation of feminist language, exposing tensions between empowerment rhetoric and the reproduction of gender hierarchies.

Keywords: motherhood; anti-feminism; far-right; Instagram.

Introdução

Este artigo analisa a mobilização da maternidade como ferramenta discursiva no contexto político brasileiro, com foco na atuação da extrema direita. O estudo investiga como a identidade maternal é acionada estrategicamente por parlamentares mulheres para sustentar discursos antifeministas. Foram selecionadas duas figuras políticas ligadas ao Partido Liberal (PL): Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual por Santa Catarina, e Priscila Costa, vereadora de Fortaleza (CE). Ambas exercem liderança local e, embora de modos distintos, destacam-se pelo uso recorrente da maternidade em discursos públicos, sobretudo nas redes sociais. Os objetivos do artigo são: (1) compreender como a maternidade é apresentada e ressignificada nas postagens dessas parlamentares; (2) analisar como essa mobilização se insere no discurso antifeminista; e (3) identificar suas interseções com a concepção pós-feminista da igualdade de gênero.

Para o antifeminismo³ — entendido como reação conservadora à crítica feminista — a sexualidade humana está ancorada na ideia de “natureza”. Nessa perspectiva essencialista, existiriam uma natureza feminina e uma masculina, biologicamente determinadas e complementares (Faludi, 2001;

³ Cabe ressaltar que a aderência de mulheres aos discursos antifeministas não é uma novidade, porém a concepção do que é o antifeminismo tem variado ao longo do tempo e das culturas, sendo mais discutido e pensado a partir de homens que se consideram antifeministas — na tentativa de salvar uma masculinidade que está totalmente atrelada à noção de poder (Galetti, 2024, p.101).

Flores, 2004), que conduziriam homens e mulheres, respectivamente, aos papéis de pai e mãe (Oliveira, 2020, p. 135). O feminismo, ao propor novos arranjos sociais e contestar normas de gênero, seria visto como ameaça à família, concebida como instituição basilar da sociedade (Faludi, 2001; Flores, 2004; Cruz e Dias, 2015). Assim, combater pautas feministas torna-se missão moral e política, sobretudo para mulheres que buscam consolidar suas trajetórias públicas dentro da ala conservadora.

Nesse cenário, a maternidade emerge como elemento central e estratégico. Historicamente instrumentalizada por diferentes espectros ideológicos (Fontenelle, 2023), na extrema direita ela assume contornos específicos: não apenas celebrada como experiência pessoal, mas mobilizada como identidade política, sustentada em valores religiosos, nacionalistas e tradicionalistas (Fontenelle, 2023; Miguel e Fontenelle, 2024). As candidatas ressignificam a maternidade como símbolo de autoridade moral e compromisso social, reforçando a oposição entre o “natural” e o “desviante”, em que o feminismo surge como ameaça e a mãe conservadora como redentora da ordem. Se antes a maternidade justificava o trabalho no espaço privado (reprodutivo, doméstico, afetivo), nesse contexto legitima a atuação política, em que mulheres se apresentam como “boas políticas” por se definirem como “boas mães”. Tais narrativas se apoiam em modelos familiares tradicionais: Messenberg (2019) aponta a defesa da família e o resgate da fé cristã como “ideias-chave” do conservadorismo moral reacendido no Brasil nos anos 2010.

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos uma análise de conteúdo das postagens relacionadas à maternidade publicadas pelas duas agentes políticas, selecionadas em seus perfis no Instagram entre agosto de 2024 e janeiro de 2025. Assim conseguimos identificar os principais temas recorrentes, padrões discursivos e estratégias de enquadramento mobilizadas pelas parlamentares para associar a maternidade a valores conservadores. Ao observar como a maternidade é acionada como instrumento político e ideológico, foi possível mapear os sentidos atribuídos à figura materna pelas parlamentares, bem como as formas pelas quais ela é instrumentalizada na construção de uma retórica antifeminista e moralizante.

Partimos dos pressupostos de Andrea O'Reilly (2010), em especial os “dez pilares da maternidade patriarcal”: essencialização, privatização, individualização, naturalização, biologização, normalização, especialização, intensificação, idealização e despolitização da maternidade. Dialogamos também com estudos sobre comunicação política em redes sociais, que

destacam dinâmicas de personalização e autenticidade na performance digital. Nesse contexto, a maternidade torna-se recurso de identificação ao criar a sensação de “espaço compartilhado” entre figura pública e eleitorado (Dupuis-Déri, 2019; Galetti, 2024; Kaplan e Haenlein, 2010), sendo mobilizada como símbolo central da retórica da extrema direita, em oposição ao feminismo e aos avanços dos direitos das mulheres.

O artigo está organizado em quatro seções. Após esta introdução, a segunda seção explora os fundamentos teóricos do antifeminismo e sua relação com a instrumentalização da maternidade na extrema direita. A terceira seção é uma rápida passagem pelo papel das redes sociais, em especial o Instagram, nas estratégias políticas. Já a quarta seção está dividida em duas partes: enquanto a primeira detalha a metodologia, com foco na análise de conteúdo das postagens no Instagram, a segunda apresenta os resultados, discutindo as estratégias discursivas das parlamentares e sua articulação com a literatura. Por fim, as considerações finais sintetizam os achados, problematizando suas implicações para os estudos de gênero e comunicação política.

Extrema direita, antifeminismo e maternidade

O avanço da extrema direita no Brasil nos leva à necessidade de compreender como o antifeminismo ganha espaço e se consolida como parte de um projeto político mais amplo. O contexto político-ideológico da extrema direita cria as condições para a emergência de um discurso antifeminista que busca reafirmar valores tradicionais de gênero, naturalizando hierarquias e legitimando o controle sobre os corpos e a vida das mulheres. É nesse cenário que a maternidade adquire centralidade estratégica, sendo mobilizada como símbolo de resistência aos “excessos” do feminismo e como eixo estruturante de uma narrativa que busca legitimar a atuação de mulheres na política sem romper com os papéis de gênero convencionais (Flores, 2004; Aguiar e Pereira, 2019; Fontenelle, 2023; Miguel e Fontenelle, 2024).

A ascensão da extrema direita no Brasil, culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, decorre da instrumentalização de pânico morais e da resignificação de discursos sobre empoderamento feminino. Sua vitória apoiou-se no “pânico moral” de que escolas e universidades estariam corroendo a família tradicional pela difusão da “ideologia de gênero” (Miguel, 2021), mobilizando a ameaça à inocência infantil e à moralidade sexual para legitimar narrativas ultraconservadoras e antifeministas. Ao mesmo tempo, a

massificação de uma sensibilidade pós-feminista nos anos 1990 e 2000 possibilitou novas subjetivações femininas, inclusive na extrema direita. O feminismo neoliberal e o popular favoreceram apropriações seletivas do empoderamento, reinterpretado segundo valores tradicionais (Solano; Rocha; Sendretti, 2020), de modo que práticas ligadas à maternidade convencional passaram a ser vistas como formas de autonomia, legitimando a inserção feminina em agendas que sustentam desigualdades de gênero. O antifeminismo, porém, não é novo: estrutura-se na oposição à emancipação feminina e na defesa de uma complementaridade rígida entre os sexos (Flores, 2004). Desde o século XIX, saberes médicos, filosóficos e sociológicos atribuíram às mulheres uma natureza passiva e maternal, justificando sua exclusão da vida pública. Como observa Flores (2004), Schopenhauer lhes negava capacidade intelectual, reforçando a tradição em que o masculino foi instituído como norma universal, enquanto o feminino se consolidou como “o outro” subordinado (Perrot, 1995; Okin, 2008; Scott, 2008; Biroli, 2018).

As características do antifeminismo contemporâneo no Brasil, particularmente no contexto da extrema direita, revelam uma radicalização dessa herança discursiva. A demonização do feminismo, a culpabilização das mulheres pelos “desvios morais” da sociedade e a exaltação de um ideal de feminilidade submissa são marcas recorrentes. Solano, Rocha e Sendretti (2020) destacam como a penetração de discursos pós-feministas, aliados ao feminismo neoliberal e popular, abriu espaço para que mulheres de direita ressignificassem o empoderamento a partir da reafirmação de valores conservadores. Nesse cenário, a defesa da maternidade, da pureza e da submissão não é percebida como opressiva, mas como expressão de liberdade individual e autenticidade moral (Miguel; Fontenelle, 2024). Essa ambivalência discursiva permite que mulheres se engajem em pautas que limitam sua autonomia ao mesmo tempo em que se sentem legitimadas como protagonistas políticas. O papel das redes sociais é, novamente, decisivo: plataformas digitais favorecem a formação de bolhas informacionais, onde essas ideias são reafirmadas e protegidas de contestações, intensificando o sentimento de pertencimento a uma cruzada moral contra o feminismo (Cruz; Dias, 2015).

Família e maternidade: funções nucleares

A família tradicional ocupa posição central nas pautas da extrema direita brasileira, funcionando como eixo simbólico em um cenário de desconfiança em relação a instituições como Estado, escola e ciência. Diante dessa crise de legitimidade, é erigida como última instância moral e afetiva capaz de restaurar a ordem frente ao suposto colapso dos valores. Ao se eleger a família como fronteira contra a desintegração social, desloca-se o debate das causas estruturais das desigualdades, convertendo-se crises políticas e econômicas em decadência moral. Apresentada como modelo ideal de organização social, ela é defendida como estrutura fundamental para preservar tradições, moral e identidade nacional (Stanley, 2018), tornando-se também terreno de disputa ideológica e ferramenta de mobilização disciplinadora. Essa idealização, contudo, pressupõe uma configuração única — nuclear, heterossexual, patriarcal e branca — que ignora a diversidade dos arranjos familiares (Aguiar; Pereira, 2019). Nesse modelo, a mulher é reduzida a esposa e mãe, responsável pela continuidade do grupo, valorizada por gerar filhos para a nação e convertida em cuidadora e guardiã de valores cristãos (Stanley, 2018). Baseada em teorias que naturalizam papéis de gênero desiguais, essa visão legitima opressão, repressão da diversidade e exclusão de direitos. A mãe abnegada funciona como antídoto simbólico à mulher feminista e autônoma. Não se trata de restaurar uma ordem passada, mas de instaurar uma nova hegemonia conservadora, fundada na exclusão e hierarquização de sujeitos (Flores, 2004), em que o corpo feminino se torna um pilar moral e cultural.

A maternidade ocupa papel central no discurso antifeminista, exaltada como símbolo da mulher ideal e guardiã da família, da moral e da nação. Essa visão essencialista naturaliza papéis de gênero e instrumentaliza a maternidade como fronteira moral entre o aceitável e o desviado, enquanto a “ideologia de gênero” surge como ameaça por questionar tais papéis. As novas mídias amplificam esse enquadramento, glorificando a maternidade tradicional e desqualificando mulheres fora do padrão. Assim, a maternidade sustenta a base ideológica da extrema direita e atua como ferramenta de engajamento político e moralização do espaço público, em que o núcleo familiar é concebido como rede de proteção, disciplina e autoridade (Brown, 2019, p.114).

Nos discursos antifeministas da extrema direita, a maternidade é mobilizada como símbolo de força e realização plena, invertendo sua associação histórica à exclusão das esferas públicas. Essa representação naturaliza a conciliação entre maternidade e trabalho, ignorando desigualdades estruturais —

sobrecarga do cuidado, ausência de políticas públicas e preconceito de gênero — além de privilégios de classe, raça e capital simbólico que permitem a certas parlamentares exercerem a maternidade de forma protegida. Tal operação ancora-se em uma lógica pós-feminista que combina empoderamento com reafirmação de valores patriarcais. Douglas e Michaels (2007) observam que o pós-feminismo sustenta a obsolescência do feminismo ao considerar a igualdade já alcançada, apresentando a maternidade como escolha livre e autêntica. A crítica pós-feminista a binarismos e universalismos, discutida por Femenías (2006) a partir de Butler, pôde ser cooptada para agendas antifeministas, promovendo a imagem de uma mulher “realizada” que não precisaria do feminismo e apagando opressões que afetam pobres, negras e periféricas. Essa articulação entre pós-feminismo e antifeminismo se expressa na apropriação da linguagem do “empoderamento” para justificar hierarquias de gênero. A “morte” simbólica do feminismo em uma era pós-feminista (Hawkesworth, 2006) traduz o esforço de minar lutas por justiça social, deslegitimando pautas de gênero e restringindo políticas públicas para mulheres (Aguiar; Pereira, 2019). Como ressalta Biroli (2018), essa reação contra o gênero relaciona-se ao enfraquecimento da democracia, ao usar a rejeição à igualdade como estratégia para limitar direitos e atacar instituições.

Ao adentrarem na política institucional em diferentes países, inclusive no Brasil, mulheres que se autointitulam antifeministas vêm se consolidando como novos sujeitos políticos, organizando-se em partidos de extrema direita, disputando eleições, conquistando mandatos e cargos relevantes. Este antifeminismo, caracterizado no Brasil como um antifeminismo de Estado, busca desmantelar políticas públicas voltadas às questões de gênero e aos direitos das mulheres (Galetti, 2024, p. 102), como se evidenciou no governo Bolsonaro, marcado pelo rompimento do diálogo com movimentos sociais progressistas. As novas mídias amplificam tais discursos ao criar “bolhas” informacionais que reforçam crenças conservadoras e desqualificam vozes dissidentes (Cruz; Dias, 2015). Nesse cenário, o pós-feminismo, ao reconfigurar sensibilidades do feminino, contribui, ainda que involuntariamente, para o terreno fértil em que narrativas antifeministas se proliferam e se legitimam.

No Instagram

Sara Ruddick (1989) argumenta que a experiência materna está sob constante vigilância social, um “olhar do outro” que julga e muitas vezes deslegitima as práticas de cuidado, levando mães a internalizar expectativas normativas e a se justificar publicamente. Nas redes sociais, esse controle se intensifica: a lógica da exposição, sobretudo em plataformas como o Instagram, reforça a performance da “boa mãe”, fazendo da autoapresentação uma estratégia de defesa e busca por aceitação. No campo político, essa dinâmica assume nova função, pois candidatas e parlamentares são pressionadas a expor a maternidade como sinal de humanidade, moralidade e “normalidade”, reafirmando papéis femininos tradicionais em um espaço masculinizado. Fontenelle (2023), ao analisar perfis de parlamentares federais eleitas em 2022, observou que, entre 91 deputadas e senadoras, 31 eram mães e apenas três não destacavam essa condição em suas biografias. A maternidade, assim, opera como marcador de legitimidade pública mais do que como tema de disputa política.

Com quase 135 milhões de usuários no Brasil (Kemp, 2024), o Instagram consolidou-se como um dos principais meios de comunicação política, sobretudo por sua estética de intimidade e espontaneidade. Ao simular uma vida cotidiana compartilhada, cria um “ambiente” que funde público e privado (Kaplan; Haenlein, 2010), permitindo que a maternidade seja explorada como ponto de conexão emocional com o eleitorado. Essa “humanização” é estrategicamente usada por candidatas em contextos de desconfiança institucional, aproximando-as da população. Como já observava Thompson (2002), os meios eletrônicos favorecem uma comunicação íntima, aproximando políticos do público como se fossem parte da mesma rede de convivência. Nesse cenário, a maternidade torna-se ativo político, gerador de empatia, confiança e legitimação.

Entretanto, o uso político da maternidade nas redes — especialmente entre parlamentares conservadoras — não se traduz, necessariamente, em uma problematização das desigualdades estruturais que atravessam o maternar. O que se observa, com frequência, é a reafirmação de uma visão idealizada e essencialista da maternidade, em que ser mãe não representa qualquer obstáculo ao desempenho político-profissional. Ao adotarem esse discurso, muitas parlamentares desconsideram não apenas a sobrecarga vivida por milhões de mulheres brasileiras, mas também os próprios privilégios que possuem: redes de apoio privadas, estabilidade financeira e prestígio

institucional. Esse silenciamento das desigualdades é coerente com a lógica do pós-feminismo — como discutido por Douglas e Michaels (2007) —, que sustenta que as lutas feministas são desnecessárias porque as mulheres já alcançaram igualdade e autonomia. O resultado é uma representação política que legitima a conciliação entre maternidade e trabalho como natural e universal, ao mesmo tempo que despolitiza a discussão sobre o cuidado, apagando sua dimensão coletiva, econômica e estrutural. Nesse sentido, o antifeminismo na contemporaneidade tem mostrado a recente apropriação de conceitos feministas, pavimentando uma disputa de narrativas do que se compreende por feminilidade, família, ser mulher e todas as camadas que englobam esse debate.

Mães de Direita

Caminhos metodológicos

Foram analisadas as contas oficiais no Instagram de duas parlamentares no período de seis meses (1º de agosto de 2024 a 31 de janeiro de 2025). Selecionaram-se postagens que abordavam direta ou indiretamente a maternidade, tanto em termos pessoais e políticos quanto em alusões ao cuidado infantil, frequentemente associado à figura materna e à divisão tradicional dos cuidados. Incluíram-se ainda conteúdos que reforçavam a vinculação essencialista entre mulher e maternidade, comuns em discursos contrários à legalização do aborto, além de publicações em que filhos apareciam em registros da agenda política ou do cotidiano, funcionando como recurso simbólico de humanização. No total, foram analisadas 101 postagens: 37 de Ana Campagnolo e 64 de Priscila Costa, cuja maior frequência relaciona-se às eleições municipais de 2024, em que concorreu à reeleição.

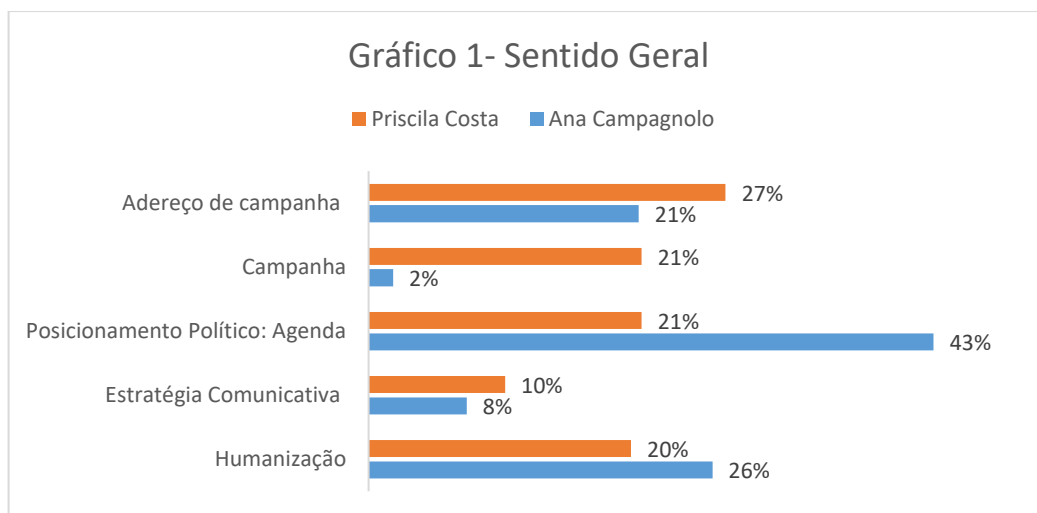
Após a coleta, as postagens foram sistematizadas e categorizadas em quatro eixos analíticos. O primeiro apreendeu o sentido geral das publicações, identificando como a maternidade era mobilizada e a recorrência de certos padrões discursivos. O segundo mapeou a temática das postagens em 18 categorias que refletem a agenda da extrema direita, permitindo observar a articulação entre maternidade, valores e pautas específicas. O terceiro analisou a intencionalidade comunicacional, distinguindo postagens formativas daquelas voltadas à “lacração”, de caráter performático, polarizador e com busca imediata de engajamento. O quarto examinou os recursos do Instagram

empregados, investigando como linguagem visual e ferramentas da plataforma reforçam o discurso e a performance política das parlamentares.

Além das categorizações temáticas e estruturais, todas as postagens foram analisadas à luz de duas perspectivas teóricas: as estratégias de backlash identificadas por Susan Faludi (2001) e os dez pilares da maternidade patriarcal de Andrea O'Reilly (2013). No caso de Faludi, observou-se: (1) estereotipação do feminismo e das feministas; (2) inversão causal, atribuindo problemas das mulheres ao feminismo e não ao patriarcado; (3) criação de mitos que geram insegurança diante da independência feminina; (4) associação de características negativas às feministas, produzindo receio simbólico e (5) minimização do feminismo como recente, irrelevante ou superado, apagando sua historicidade. A articulação desses referenciais permitiu compreender como a maternidade é mobilizada como instrumento de reação ao feminismo, atendendo ao objetivo central da pesquisa: analisar como agentes da extrema direita a utilizam como ferramenta retórica na construção de narrativas antifeministas.

Sentidos da maternidade

O Gráfico 1 – Sentido Geral evidencia diferenças estratégicas na utilização da maternidade pelas parlamentares no Instagram. Priscila Costa dedica cerca de 27% de suas postagens ao Adereço de Campanha, refletindo o contexto de reeleição em 2024, no qual a maternidade reforça sua imagem política e moral. Já Ana Campagnolo, sem disputar o pleito, concentra aproximadamente 43% no Posicionamento Político: Agenda, enfatizando pautas conservadoras ligadas à família e críticas ao feminismo. Ambas recorrem à Humanização (20–26%) para associar-se ao cuidado materno, estratégia que, segundo O'Reilly (2013), naturaliza a maternidade como identidade feminina. O Instagram, assim, ressignifica a maternidade como capital político da extrema direita: Costa a instrumentaliza eleitoralmente, enquanto Campagnolo a usa como base discursiva antifeminista, reforçando a oposição entre a “mãe tradicional” e a “ameaça feminista”:



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Quase 50% das postagens de Ana Campagnolo correspondem a posicionamento político e agenda, refletindo a persona que projeta nas redes. Sua estratégia combina discurso ideológico, produção editorial e atuação legislativa, tornando-a exemplar para analisar o antifeminismo digital. Graduada e ex-mestranda em História, com trajetória ligada ao revisionismo conservador, foi aluna de Olavo de Carvalho, referência na formação do bolsonarismo. Autodeclarada antifeminista, mantém produção contínua em livros, cursos, vídeos, redes sociais e no parlamento, consolidando um pensamento antifeminista sistemático. Seu protagonismo e visibilidade nacional a diferenciam na extrema direita, sendo reconhecida como autoridade em gênero, educação e política, enquanto rejeita a institucionalização da igualdade de gênero.

A atuação de Campagnolo evidencia o caráter produtivo e performativo do antifeminismo de Estado, ao operar na interseção entre o campo simbólico e o institucional. Seu “Clube Antifeminista”, de forte apelo comercial e ideológico, e seu engajamento político mostram que a retórica antifeminista constitui um projeto político e pedagógico estruturado. Apesar da crítica à universidade pública e ao sistema educacional, suas postagens assumem tom acadêmico e professoral, recorrendo a cenários que evocam erudição e autoridade intelectual, como bibliotecas e livros (Imagem 1). Dessa forma, apresenta-se como liderança pedagógica do campo conservador.

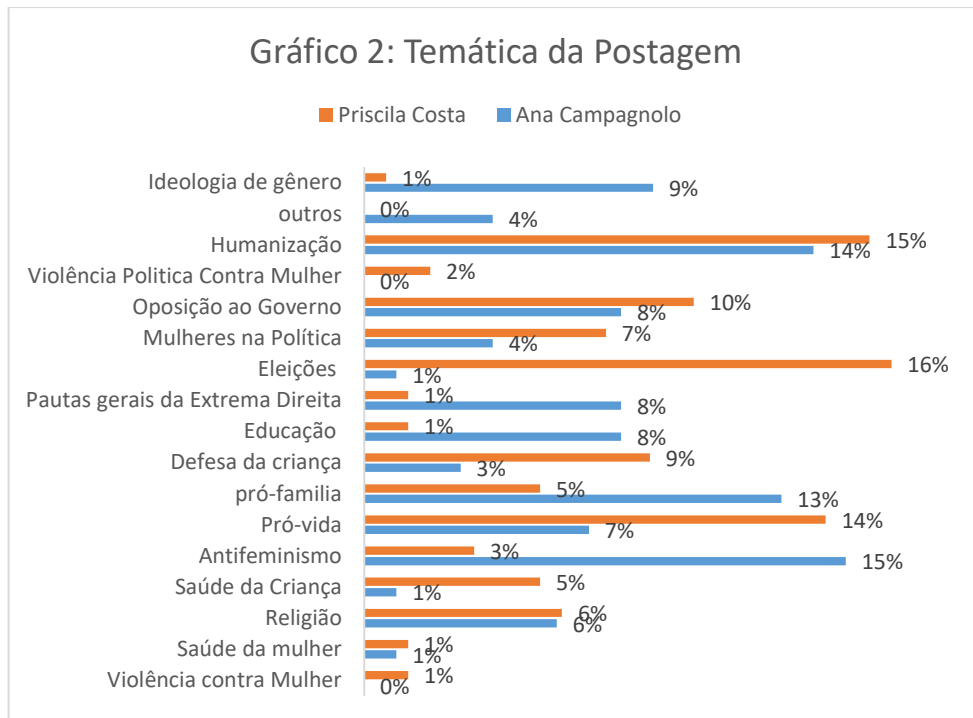
Imagem 1: Ana Campagnolo, agosto.



Fonte: Instagram (2024).

Sobre o que as mães falam

O Gráfico 2 mostra diferenças nas estratégias discursivas das parlamentares. Campagnolo tem atuação mais diversificada e ideológica, destacando antifeminismo (15%), ideologia de gênero (9%) e defesa da criança (9%), além de oposição ao governo (8%), educação (8%) e pautas da extrema direita (8%), alinhando-se ao “pânico moral” (Miguel, 2021). Costa, por sua vez, concentra-se em humanização (14%) e defesa da criança (3%), com menor ênfase em pautas polarizadoras, estratégia ligada ao contexto eleitoral municipal. A disparidade em antifeminismo (15% de Campagnolo contra 3% de Costa) evidencia usos distintos da maternidade: Campagnolo articula a religião (6%) e pró-vida (7%), reforçando a defesa da “família tradicional”; Costa prioriza a humanização e evita confrontos, ainda que reforce a maternidade patriarcal (O’Reilly, 2013). A quase ausência de menções à violência política contra mulheres (0%–2%) mostra que a crítica às desigualdades de gênero é omitida quando não serve à narrativa conservadora.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Priscila Costa abordou a violência política de gênero apenas em um episódio: quando o candidato do PT à prefeitura de Fortaleza, Evandro Leitão, a acionou judicialmente para retirar uma postagem (Imagem 2). Na ocasião, utilizou vocabulário feminista para denunciar tentativa de silenciamento. Contudo, essa apropriação pontual contrasta com sua trajetória de oposição ao feminismo, revelando o uso seletivo de conceitos feministas não para fortalecer a igualdade, mas para legitimar-se no campo conservador.

Imagem 2: Priscila Costa, outubro.



Fonte: Instagram (2024).

A categoria humanização, central nas postagens de Priscila Costa, constitui uma de suas principais estratégias discursivas. Jornalista, iniciou a carreira política em 2016 como vereadora em Fortaleza e, em 2024, foi reeleita com 36.226 votos, sendo a mais votada da cidade. Sua atuação no Instagram revela uso calculado da humanização para gerar identificação emocional e proximidade, recorrendo a registros do cotidiano, interações familiares, lazer e maternidade, alinhando-se às mulheres cristãs e conservadoras.

A humanização no perfil de Priscila Costa não se limita ao afeto, mas se articula a pautas ideológicas como a luta “pró-vida”. Suas postagens mesclam descontração, espiritualidade e cuidado com firmeza moral e política, introduzindo temas sensíveis — aborto, família tradicional, “ideologia de gênero” — de modo menos confrontacional. Ao mobilizar a maternidade como performance humanizada, combina afeto e autoridade moral, consolidando-se como mãe, esposa cristã e vereadora defensora da vida. Essa estratégia reforça a maternidade como ativo político da extrema direita e mostra como o discurso penetra a esfera cotidiana, exemplificado na Imagem 3, em que simula a voz da filha para divulgar projeto de lei sobre o Dia do Nascituro.

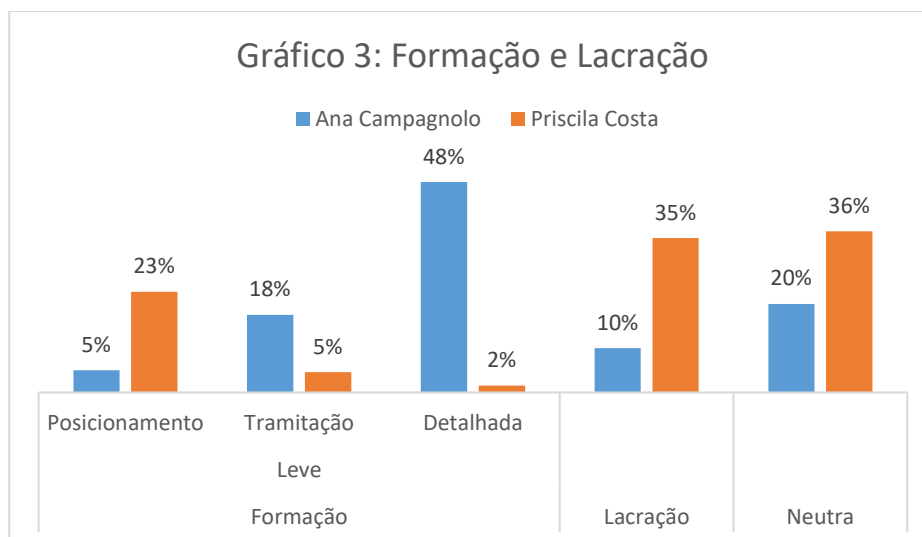
Imagem 3: Priscila Costa, outubro.



Fonte: Instagram (2024).

Formar ou lacrar

O Gráfico 3 evidencia diferenças nas estratégias discursivas. Campagnolo apresenta perfil formativo, com 48% de postagens de “formação detalhada” sobre ideologia de gênero e pautas antifeministas, alinhando-se à estratégia de “propaganda” leninista ao fornecer argumentos estruturados aos seguidores. Outros 18% tratam da tramitação legislativa, vinculando sua atuação a projetos concretos, enquanto apenas 10% recorrem à “lacração”, priorizando discurso sistematizado em vez de ataques performáticos. Este padrão confirma como a extrema direita utiliza redes sociais para consolidar visões de mundo contrárias ao feminismo.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Priscila Costa adota abordagem fragmentada: 36% de suas postagens são neutras (humanização ou agenda), 35% recorrem à “lacração” com slogans agressivos, apenas 2% trazem “formação detalhada”, e 23% “formação leve”, geralmente associada a fotos familiares que vinculam maternidade a valores conservadores. Este padrão reflete adaptação ao contexto eleitoral municipal, privilegiando empatia e engajamento emocional em vez de debate ideológico. Assim, evidenciam-se duas faces do antifeminismo digital: Campagnolo como “intelectual orgânica” que educa sua base com argumentos antifeministas, e Costa como figura performática que reforça estereótipos sem aprofundá-los. Ambas instrumentalizam a maternidade, mas de modos distintos — Campagnolo a conecta a pautas ideológicas, enquanto Costa a reduz a símbolo de humanização, despolitizando desigualdades. Essas diferenças mostram como a plataformização da política pode tanto aprofundar quanto banalizar debates.

Um traço comum que aproxima as estratégias discursivas de Ana Campagnolo e Priscila Costa é o que aqui chamamos de “malabarismo discursivo” — a habilidade de distorcer argumentos e conceitos, muitas vezes oriundos do próprio campo feminista, para reforçar narrativas conservadoras e antifeministas. Trata-se de uma prática retórica que se alinha ao que Susan Faludi (2001) denomina inversão causal, ou seja, a tendência de atribuir os problemas enfrentados pelas mulheres não às estruturas patriarcais, mas ao próprio feminismo, que seria responsável por desestabilizar as relações familiares, confundir os papéis de gênero e promover um ideal de mulher “infeliz” e “desajustada”. Embora Ana Campagnolo utilize este recurso com

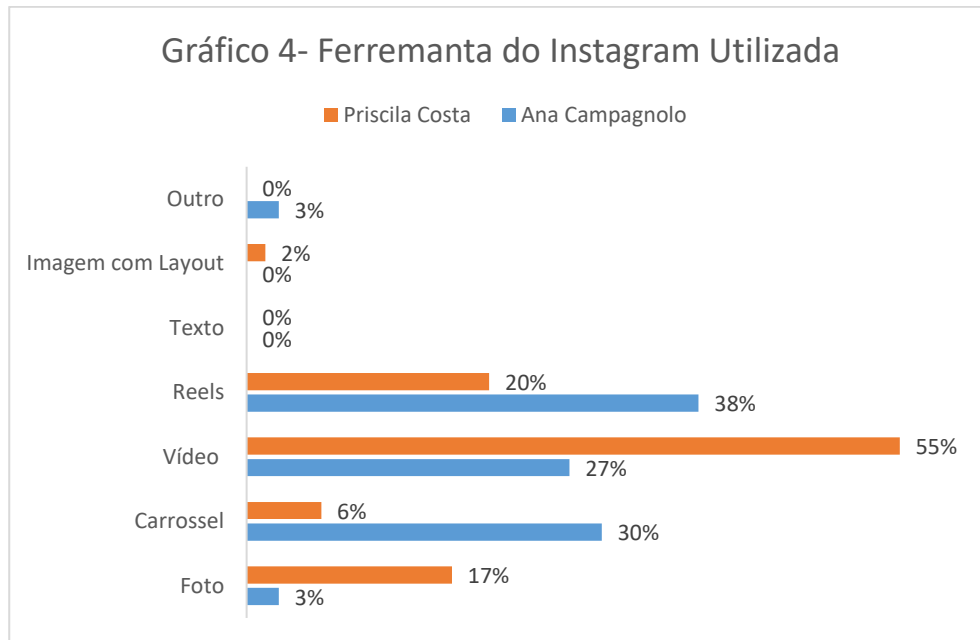
maior frequência e sofisticação, por seu posicionamento mais ostensivamente ideológico e intelectualizado, Priscila Costa também o aciona, especialmente em temas como aborto, educação e direitos sexuais. O uso recorrente dessa inversão discursiva não apenas desinforma, como contribui para a consolidação de um imaginário coletivo que responsabiliza as lutas feministas pelas tensões sociais vividas pelas mulheres, apagando as desigualdades estruturais de gênero. Além disso, esse malabarismo entrega aos eleitores uma moldura argumentativa pronta para justificar suas posições antifeministas: ao internalizarem esses discursos, os seguidores passam a rejeitar o feminismo não apenas por falta de afinidade ideológica, mas porque encontram nessas falas uma narrativa “racional” que reinterpreta o conservadorismo como bom senso, e o feminismo como uma ameaça à estabilidade social. Trata-se, portanto, de uma estratégia retórica poderosa, que opera tanto no plano simbólico quanto no político.

As ferramentas da maternidade

O Gráfico 4 evidencia estratégias distintas no uso de recursos do Instagram. Campagnolo privilegia formatos de maior desenvolvimento argumentativo, como reels (38%) e carrosséis (30%), alinhados ao seu perfil discursivo formativo (Gráfico 3), favorecendo a exposição detalhada de pautas antifeministas. Os vídeos (27%) ampliam o engajamento emocional, enquanto o uso residual de fotos (3%) indica pouco interesse em conteúdos ilustrativos. Já Priscila Costa concentra 55% das postagens em vídeos, priorizando proximidade e humanização, em sintonia com sua ênfase em conteúdos neutros e “lacradores” (Gráfico 3). Embora recorra a reels (20%) visando certa viralidade, investe pouco em carrosséis (6%) e imagens com layout (2%), o que revela uma estratégia mais voltada ao entretenimento político e ao engajamento imediato do que à formação ideológica sistemática.

As diferenças observadas ilustram como as plataformas digitais são apropriadas de maneiras distintas conforme os objetivos políticos das parlamentares. Enquanto Campagnolo aproveita os recursos do Instagram para construir um repertório ideológico coerente - utilizando ferramentas que permitem maior desenvolvimento argumentativo (carrosséis) e viralidade controlada (reels) -, Costa prioriza formatos que maximizam a exposição e a conexão emocional (vídeos), adequando-se a uma comunicação política mais personalista e menos programática. Essas escolhas refletem não apenas

diferenças de estilo, mas também distintas concepções sobre o papel das redes sociais na construção de capital político, entre a pedagogia ideológica e o marketing pessoal.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Considerações finais

Este estudo evidenciou como a maternidade é instrumentalizada como recurso discursivo central por parlamentares da extrema direita brasileira, articulando-se a um projeto político antifeminista que reforça hierarquias de gênero. A análise das postagens de Ana Campagnolo e Priscila Costa no Instagram revelou duas estratégias distintas, porém complementares: enquanto Campagnolo prioriza conteúdos formativos (48% das postagens), utilizando carrosséis (30%) e reels (38%) para desenvolver argumentos ideológicos contra o feminismo, Costa adota uma abordagem mais performática, com ênfase em vídeos (55%) e "lacrção" (35%), vinculando a maternidade a uma imagem de humanização e autenticidade. Ambas, no entanto, reforçam os "pilares da maternidade patriarcal" (O'Reilly, 2013), naturalizando-a como destino biológico e moral das mulheres, ao mesmo tempo que a despolitizam, omitindo desigualdades estruturais como a sobrecarga de cuidados e os privilégios de classe.

Estes resultados também permitem observar que a retórica de "empoderamento" maternal adotada pelas parlamentares se ancora em uma

lógica pós-feminista, conforme discutem Douglas e Michaels (2007) e Banet-Weiser, Gill e Rottenberg (2020). A maternidade é apresentada como escolha autônoma e expressão de liberdade individual, descolada das determinações sociais que estruturam a desigualdade de gênero. Essa operação discursiva reproduz a noção pós-feminista de que a igualdade já teria sido alcançada, deslocando o foco das estruturas de poder para a responsabilidade pessoal das mulheres. Ao fazê-lo, apaga-se a dimensão coletiva e política das lutas feministas e reforça-se a ideia de que o sucesso ou o fracasso feminino dependem apenas do esforço individual.

Assim, o “empoderamento” maternal performed por Campagnolo e Costa reitera a individualização e a despolitização típicas do pós-feminismo, transformando a maternidade em marca de autenticidade moral e capital simbólico no campo político. O discurso antifeminista dessas parlamentares, portanto, não se opõe frontalmente ao feminismo, mas o reconfigura em chave neoliberal e conservadora, apropriando seletivamente suas linguagens para negar a existência de estruturas opressivas. Esta convergência entre antifeminismo e pós-feminismo revela a atualidade do que Banet-Weiser, Gill e Rottenberg (2020) identificam como o “pós-feminismo popular”: uma sensibilidade cultural que celebra a autonomia feminina, ao mesmo tempo em que reafirma a hierarquia de gênero como natural e desejável.

Os achados confirmam a tese de Faludi (2001) sobre o *backlash* antifeminista, demonstrando como essas parlamentares:

1. Essencializam a maternidade, apresentando-a como antídoto à "ameaça feminista" (como nos 15% de postagens antifeministas de Campagnolo);
2. Invertem causalidades, atribuindo crises sociais ao feminismo (e.g., ataques à "ideologia de gênero");
3. Cooptam linguagens emancipatórias, como no caso de Costa, que se apropria pontualmente de termos feministas ("violência política de gênero") para defender pautas conservadoras.

A pesquisa também problematiza o papel do Instagram nesse processo. A plataforma, ao favorecer formatos como reels e vídeos, potencializa tanto a pedagogia reacionária (Campagnolo) quanto a banalização do debate (Costa), reforçando bolhas ideológicas (Sunstein, 2009). Se, por um lado, a estratégia formativa de Campagnolo reproduz a lógica leninista de "propaganda" para formar militantes, por outro, a ênfase de Costa em conteúdo emocional reflete a modificação da política em ambientes digitais, onde o engajamento prevalece sobre a substância.

Ressalta-se, por fim, uma contradição central: ao mobilizarem a maternidade como prova de "empoderamento", estas parlamentares reificam o dualismo público/privado criticado por Okin (2008), ignorando como sua performance só é viável por redes de apoio privadas e privilégios institucionais.

A esse panorama soma-se a necessidade de compreender o antifeminismo não apenas como uma reação difusa, mas como parte de um projeto articulado de poder. Como aponta Jordi Bonet (2022), o antifeminismo de Estado se expressa na mobilização institucional de valores conservadores, que, sob o manto da moral e da tradição, visam conter os avanços dos direitos das mulheres e resgatar padrões hierárquicos de gênero como base da ordem social. Nesse contexto, o neoconservadorismo assume um papel estruturante ao promover uma lógica normativa e disciplinadora, pautada na defesa de papéis sociais fixos e na família tradicional como núcleo de identidade e segurança (Biroli et al., 2021). Os discursos de Ana Campagnolo exemplificam essa lógica, instaurando um pânico moral em torno de uma suposta crise civilizatória causada pelos feminismos. A maternidade, nesse cenário, torna-se um instrumento retórico privilegiado para estabilizar uma ideia de mulher submetida a uma função social essencializada, e para ancorar um modelo de governança que redefine a cidadania feminina em termos de obediência, sacrifício e domesticidade.

Bibliografia

AGUIAR, Bruna; PEREIRA, Matheus. O backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019.

BANET-WEISER, Sarah; GILL, Rosalind; ROTTENBERG, Catherine. Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? Sarah Banet-Weiser, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation. **Feminist Theory**, v. 21, n. 1, p. 3-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464700119842555>.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria; VAGGIONE, Juan. Gênero, **Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo, Boitempo, 2021.

BONET, Jordi Marti. Antifeminismo: una forma de violencia digital en América Latina. **Nueva Sociedad**, 2022. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/302-antifeminismo/>. Acesso em: 8 set. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Belo Horizonte: Politéia, 2019.

CRUZ, Maria Helena; DIAS, Alfrancio. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 1, p. 33-40, 2015.

DOUGLAS, Jeanne Susan; MICHAELS, Wilson Meredith. The new momism. In: O'REILLY, Andrea (org.). **Maternal theory: essential readings**. Toronto: Demeter Press, 2007.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEMÍNEAS, Maria. Pós-feminismo através de Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 549-571, maio/ago. 2006.

FLORES, Maria. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **História Revista**, v. 9, n. 2, p. 227-252, 2004.

FONTENELLE, Alana. **A maternidade é política: mobilização da maternidade por candidatas no Instagram (2021-2022)**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. **Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura**. 2024. 266 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

KAPLAN, Andreas Marcus.; HAENLEIN, Michael. Users of the World, Unite! The challenges and opportunities of social media. **Business Horizons**, v. 53, p. 59-68, 2010.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; FONTENELLE, Alana. Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 31, 2024.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, Carem. **Movimento antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015–2019)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

O'REILLY, Andrea. Outlaw Motherhood: a theory and politic of maternal empowerment for the twenty-first century. In: O'REILLY, Andrea (org.). **Twenty-first Century Motherhood: experience, identity, policy, agency**. New York: Columbia University Press, 2010. p. 366-380.

PERROT, Michelle. Préface. In: BARD, Christine (org.). **Un siècle d'antiféminisme**. Paris: Fayard, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, Porto Alegre, 2008.

SELVA-RUIZ, David; CARO-CASTAÑO, Lucía. Uso de Instagram como medio de comunicación política por parte de los diputados españoles: la estrategia de humanización en la "vieja" y la "nueva" política. **El Profesional de la Información**, v. 26, n. 5, p. 903-915, 2017.

SOLANO, Ester; ROCHA, Camila; SENDRETTI, Lilian. Mulheres de extrema direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, p. 56-72, 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

THOMPSON, John Brookshire. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Recebido em: 03/10/2025

Aceito em: 01/02/2026